



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

MIRELE SILVA SANTOS

**PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DOS ESTUDANTES
QUILOMBOLAS DE SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU NA UFRB.**

Cachoeira-BA
2019

MIRELE SILVA SANTOS

**PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DOS ESTUDANTES
QUILOMBOLAS DE SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU NA UFRB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas

Cachoeira-BA
2019

MIRELE SILVA SANTOS

**PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DOS ESTUDANTES
QUILOMBOLAS DE SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU NA UFRB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública,
Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito
para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 18/12 de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Lys Maria Vinhaes Dantas

Professora orientadora

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Georgina Gonçalves dos Santos

Professora Avaliadora

Doutora em Sciences de L'éducation pela Université de Paris VII

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Luis Flávio Reis Godinho

Professor Avaliador

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

*A Deus.
A minha família.
Aos quilombolas da comunidade de São Francisco do Paraguaçu e ancestrais.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma caminhada cheia de desafios que sozinha eu jamais seria capaz de trilhar. Por isso, é com enorme gratidão que reconheço a importância de cada um de vocês na realização do mesmo.

Agradeço antes de tudo a Deus, minha fonte de espiritualidade, fé e esperança. Obrigado por não me deixar desistir em meio às dificuldades.

A minha mãezinha, Rita Cilene. Meus irmãos, Laisa, Erielson e Joelson. Meus avós, Dona Maria José e meu querido avô, Osório Brito (in memoriam). Sem sombra de dúvidas vocês é a base fundamental da minha vida.

A meu filho, Murilo, o ser que desperta em mim sentimentos bons e o qual eu amo imensamente. A meu companheiro, Elnatan, obrigado pelo companheirismo e por escutar, quase que forçado, todos os conteúdos acadêmicos que eu precisava discutir. A minha sogra, Francisca, gratidão por todo incentivo. Obrigada Maria, Georgina, France, Michele, Micaele, Juraci, Miguel e Jorge, por cuidarem, sempre que podiam de meu filho todas as vezes que eu precisava me ausentar.

Aos amigos e colegas de turma que a vivência na universidade me possibilitou em especial: Gilda, Ícaro, Gabriel, Emílio Tadeu, Camila, Lucas, Luis Alberto, Neto, Talita e Wiler. Ao grupo de pesquisa: Organizações, gestão e políticas públicas (OrGPop), em especial, as meninas: Valdelice, Janay, Islane e Larissa, obrigada pelas discussões sobre este trabalho.

Ao coletivo quilombola, Osório Brito, e em especial a Izabelli Conceição, que antes mesmo da existência do coletivo contribuiu com minha permanência simbólica na universidade.

A galera do transporte universitário de Santo Amaro – Bahia. Obrigado pelo acolhimento e as várias caronas nas idas e vindas da universidade.

A minha orientadora, professora Lys Vinhaes. Obrigado pelo compromisso, motivação, paciência e compreensão em prol do meu desenvolvimento acadêmico.

E por fim, obrigada aos quilombolas da comunidade de São Francisco do Paraguaçu que se dispuseram em participar da investigação desse trabalho.

Gratidão a todos!

SANTOS, Mirele Silva. Permanência Universitária: desafios e estratégias dos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu na UFRB – CAHL. p. 1-59. 2019. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

RESUMO

O acesso às universidades públicas se intensificou nas últimas décadas, o que possibilitou uma mudança no perfil de acesso às instituições públicas de ensino, antes visto apenas pela lógica elitista. Essa ampliação de acesso advém da incorporação de mecanismos como o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído em 2007, a Política de Cotas, regulamentada pela LEI 12.711/2012 e as Políticas de Ação Afirmativa no ensino superior. Todavia possibilitar o acesso e não garantir condições de permanência é ineficaz e desqualifica todo processo empregado. A investigação trata dos aspectos relacionados à permanência de quilombolas no ensino superior público, uma vez que muitos são os desafios para permanecer na universidade, principalmente quando se analisam estudantes quilombolas que possuem especificidades de caráter geográfico, econômico e social. Destarte, este trabalho tem por principal objetivo identificar as estratégias utilizadas pelos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu frente aos desafios da permanência, após o ingresso na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL). O trabalho visa destacar os elementos que caracterizam o termo quilombo, trazendo um panorama histórico; discute a política de ação afirmativa e seus desdobramentos no ensino superior público, bem como enfatiza as nuances das estratégias formais e informais de permanência utilizadas por esses estudantes. Para atender os objetivos da pesquisa foi adotada uma abordagem qualitativa, mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas e o emprego da técnica da observação participante e diário de campo. Os resultados da pesquisa apontam que muitos são os desafios da permanência dos quilombolas no ensino superior, entre eles estão: a adaptação ao mundo universitário, dificuldades financeiras com os custos na universidade e dificuldades com deslocamento para sua comunidade. No sentido de driblarem os desafios estes estudantes utilizam estratégias pautadas na rede de solidariedade familiar, na assistência institucional possibilitada por meio do Programa de Bolsa Permanência – MEC, nas estratégias de moradia, entre outros. Visibilizar os desafios e as estratégias de permanência desses sujeitos é contribuir com estudos referentes ao cenário quilombola e possibilitar a formulação ou adequação de políticas públicas de acesso e permanência, compreendendo o espaço da universidade como um ambiente formado por diferentes grupos sociais.

Palavras-chave: permanência universitária, permanência quilombola, democratização da educação superior

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 : Dados sócios demográficos – estudantes quilombolas, CAHL – UFRB, 2019	37
Quadro 2: Categorias da dimensão Desafio	40
Quadro 3: Categorias da dimensão Estratégias	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aplicação da Lei de Cotas nas instituições federais de ensino.....	23
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

CAE - Coordenação de Assuntos Estudantis

CAHL - Centro de Artes Humanidades e Letras

CCAAB - Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas

CCS - Centro de Ciências da Saúde

CECULT - Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas

CETENS - Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade

CFP - Centro de Formação de Professores

CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores

CONSUNI - Conselho Universitário

COPAF - Coordenação de Políticas Afirmativas

COPARC - Comitê de Acompanhamento de Políticas Afirmativas e Acesso à Reserva de Cotas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC - Ministério da Educação

PBP - Programa Bolsa Permanência

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PROPAAE - Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

PPQ - Programa de Permanência Qualificada

REUNI - Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU - Restaurante Universitário

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SECAD - Secretária de Apoio Administrativo

SEPPIR - Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CAPÍTULO 1: Olhares Teóricos sobre o Quilombo	13
2.1. Conceitos históricos e contemporâneos.....	13
3. CAPÍTULO 2: Política de Ações Afirmativas no Ensino Superior	17
3.1. Algumas concepções sobre as Ações Afirmativas.....	17
3.2. Políticas de Ação Afirmativa na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	20
4. CAPÍTULO 3: Desafios e estratégias de permanência na educação superior	25
4.1. Discutindo Permanência	25
5. CAPÍTULO 4: A Comunidade Quilombola de São Francisco do Paraguaçu e seus estudantes na UFRB.....	33
6. Método.....	36
6.1. Sujeitos da investigação	36
6.2. Coleta e Análise dos Dados	36
7. Resultados	39
8. Considerações Finais	51
REFERÊNCIAS:.....	54
Apêndice 01 – Termo de consentimento informado	57
Apêndice 02 – Roteiro de entrevista.....	58

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho emerge a partir de meus desafios e estratégias de permanência na universidade, sendo mulher negra, quilombola, estudante e mãe aos 17 anos. O acesso à universidade deste perfil e de tantos outros tem se tornado possível desde a incorporação de instrumentos como o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído em 2007, as Políticas de Ações Afirmativas, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), entre outros, que geraram e contribuíram para uma mudança no perfil dos estudantes universitários, antes vistos apenas pela lógica elitista.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), *lócus* dessa pesquisa, criada sob Lei nº 11.151 de 29 de julho de 2005, teve sua instalação no Recôncavo Baiano, após sólida manifestação da sociedade civil organizada, lideranças políticas, e apoio de docentes e discentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sua consolidação representa uma consequência advinda do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que adotou e criou uma série de medidas para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica, a fim de retomar o crescimento do ensino superior público. Destarte, a UFRB significou uma vitória para o Recôncavo Baiano, uma vez que a perspectiva passa a ser a de desenvolvimento social, regional e econômico para as cidades em seu entorno.

Contemporaneamente, a UFRB adota ações através da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), com o intuito de “articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós permanência estudantil”, bem como dispõe de auxílios para assistência estudantil nas diversas áreas como: moradia, transporte, alimentação, esporte, lazer e outras, através do Programa de Permanência Qualificada (PPQ). Outro mecanismo que a UFRB dispõe, através de termo de adesão, é o Programa Bolsa Permanência (PBP), instituído pelo Ministério da Educação (MEC), que visa à concessão de auxílio financeiro para estudantes, sobretudo, indígenas e quilombolas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Possibilitar o acesso às universidades, em especial de jovens das camadas populares, e desenvolver programas de permanência é sem dúvidas um passo importante para a

efetivação da democratização do acesso e da permanência, porém, não garante que este mesmo público chegue à conclusão do curso, pois, muitos são os desafios e estratégias quanto à permanência na universidade. É neste contexto que o presente estudo se insere no sentido de dar visibilidade aos desafios e conseqüentemente às estratégias utilizadas por estudantes quilombolas que, sem dúvidas através de muita persistência, não serão, neste estudo, estatísticas de evasão.

Destarte, o estudo situa-se na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no campus Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), situado em Cachoeira-Ba, com foco nos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu, tendo como **objetivo geral analisar quais são os desafios e as estratégias utilizadas pelos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu, frente aos desafios enfrentados quanto à permanência após o ingresso na UFRB**, bem como realizar uma discussão sobre o termo quilombo, sobre a política de ação afirmativa, além de discutir a permanência material e simbólica e identificar as estratégias de permanência no espaço universitário.

Ressalvo ainda o aparato metodológico adotado nesta pesquisa. Predomina nesta investigação a abordagem qualitativa. A abordagem escolhida justifica-se pelo fato de possibilitar ao pesquisador uma investigação e interpretação dos fenômenos sociais, compreendendo-os a partir do contexto social em que se inserem os desafios da permanência universitária. As técnicas de pesquisa a serem utilizadas foram a observação participante e a entrevista semiestruturada, que possibilitaram obter informações importantes para compreensão do objeto de estudo.

O trabalho divide-se em seis capítulos, além da Introdução. No primeiro capítulo: **OLHARES TEÓRICOS SOBRE QUILOMBO**, realizamos uma revisão teórica acerca do conceito de quilombo, partindo da concepção histórica até a contemporaneidade. Essa revisão justifica-se pelo fato de proporcionar a compreensão da evolução do termo quilombo, bem como essa concepção se estabelece nos dias atuais.

O segundo capítulo: **POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR** visa apresentar algumas concepções teóricas acerca da Política de Ação Afirmativa, bem como formas de ingressos como as cotas e reservas de vagas para estudantes quilombolas.

O terceiro capítulo: **DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR** trata da questão dos desafios e estratégias de permanência de estudantes na universidade, enfatizando aspectos da permanência simbólica e material. No quarto capítulo: **A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU E SEUS ESTUDANTES NA UFRB**, por sua vez, apresentamos brevemente aspectos da comunidade de São Francisco do Paraguaçu e seus estudantes. Posteriormente, descrevemos o **MÉTODO**, o percurso percorrido, são detalhados os sujeitos, coleta e análise dos dados desta pesquisa. Por fim, nos serão compartilhados os resultados da análise dos dados da investigação **RESULTADOS**, seguidas das **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, onde se estabelece uma reflexão sobre o trabalho.

Ainda que seu foco esteja na permanência de quilombolas do São Francisco do Paraguaçu na UFRB, este trabalho visa contribuir com estudos referentes ao cenário quilombola de maneira geral, para apresentar cada vez mais a discussão desse tema entre universidades e sociedade, e possibilitar a formulação ou adequação de políticas públicas de acesso e permanência, compreendendo o espaço da universidade como um ambiente formado por diferentes grupos sociais.

2. CAPÍTULO 1: Olhares Teóricos sobre o Quilombo

2.1. Conceitos históricos e contemporâneos

A formação dos quilombos constitui um importante elemento na historiografia do Brasil, visto que estão intrinsecamente relacionados com o período escravocrata e a formação dos grupos étnicos brasileiros. Assim, faz-se necessário redimensionar as discussões acerca desse termo.

Segundo Silva e Silva (2014):

A palavra “quilombo” é de origem banto e quer dizer: acampamento ou fortaleza. Foi um termo usado pelos portugueses para designar as povoações construídas pelos escravos fugidos do cativo. No Brasil, esses espaços eram chamados de arranchamentos, mocambos ou quilombos e seus membros eram conhecidos como Callombolas, quilombolas ou mocambeiros. (SILVA; SILVA; 2014 p. 193).

Ao analisar o significado proposto pelas autoras, temos a ideia de quilombo muito associada à fuga e conseqüentemente à resistência à escravidão, significando o descontentamento devido às condições vividas à época. Assim, é de se esperar que aqueles que estão em situação de escravidão busquem novos espaços, a fim de viver e produzir sem serem explorados e escravizados.

Em 1740, ainda no período colonial, o Conselho Ultramarino atribuiu o primeiro conceito jurídico-formal de quilombo no Brasil, sendo definido como: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO; 2002 p. 2). Almeida (2002, p. 48), ao fazer uma crítica ao conceito de quilombo atribuído pelo Conselho Ultramarino, argumenta que, este conceito se caracteriza por cinco elementos, sendo o primeiro, a fuga, onde o quilombo aparece como um lugar onde abriga/abrigava escravos fugidos; o segundo, a quantidade, onde a formação do quilombo era dada por uma quantidade mínima; o terceiro, o isolamento geográfico, caracterizando o quilombo como um lugar isolado e próximo ao mundo selvagem, do que a civilização; o quarto elemento refere-se aos ranchos caracterizados como morada habitual ou não dos quilombos; e o quinto elemento, os “pilões de arroz”, que representava um símbolo de auto consumo e reprodução dos que habitavam os quilombos.

Kabengele Munanga apud Leite (2000, p. 336) aponta uma relação do quilombo com a África, por meio da qual vai afirmar que o quilombo brasileiro “é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos”.

As discussões acerca do termo quilombo começam a mudar e o termo passa a ser questionado a partir dos anos 70, sobretudo após a “libertação dos escravos” em 1888, que pouco alterou a maneira como a população negra se abrigava nos denominados quilombos, e principalmente pelo fato do conceito ser “fundamentado através de análises que se prendiam, exclusivamente no perfil das fugas dos negros escravos e na posterior organização desses sujeitos” (SANTOS, 2010, p. 227).

A condição de ex-escravo não trouxe ganhos significativos uma vez que não foram adotadas medidas de inclusão dos escravos libertos na sociedade, permanecendo marginalizados, sendo alvos de um racismo estrutural e perverso. A perversidade do pós-abolição implica no esquecimento dos escravos libertos do contexto jurídico-legal, prova disto, é a queima de arquivos ordenada por Rui Barbosa para esconder qualquer menção que se referisse à escravidão, numa tentativa de não reparar as desigualdades raciais. O que houve, portanto, foi o desaparecimento do termo quilombo da legislação brasileira. (SANTOS, 2017, p. 40).

O termo quilombo volta à legislação brasileira com a Constituição Federal de 1988, os territórios quilombolas passam a ser amparado legalmente como direito, o que é exposto no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecendo conforme o texto: *“Aos remanescentes das comunidades de quilombo que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”*. Essa conquista é fruto de uma ampla mobilização dos movimentos negros urbanos e de comunidades negras rurais que em meio aos debates e discussões da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, conseguiu incluir essa demanda no texto constitucional.

A visibilidade institucional dada pela Constituinte de 1988 contribuiu para que surgisse um entusiasmado debate sobre o conceito de quilombo e remanescentes de quilombos no

sentido de compreender suas relações com outros grupos na contemporaneidade. Como argumenta Leite (2000),

O impasse estava formado, sobretudo porque o significado de quilombo que predominou foi a versão do Quilombo de Palmares como unidade guerreira constituído a partir de um suposto isolamento e auto-suficiência. Parecia difícil compreender uma demanda por regularização fundiária a partir de tal conceito. Foi necessário relativizar a própria noção de quilombo para depois resgatá-lo em seu papel modelar, como inspiração política para os movimentos sociais contemporâneos (LEITE, 2000, p.341).

Neste sentido, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), convocada pelo Ministério Público para colaborar nas instruções sobre a significação do termo, elaborou um documento onde “posicionava-se criticamente em relação a uma visão estática do quilombo, evidenciando seu aspecto contemporâneo, organizacional, relacional e dinâmico.” (LEITE, 2000, p.341-342). Houve, portanto um esforço no sentido de compreender a forma de ver os quilombos e suas relações com outros grupos na contemporaneidade.

Os autores Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), ao definir remanescente de quilombo em consonância com o conceito moderno antropológico, ressaltam que o termo em questão indica: “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico”. Ainda, enfatiza que “este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da **identidade étnica** e da **territorialidade**, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombos se confrontam e se relacionam” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO; 2002 p. 4, grifos do autor).

O artigo constitucional que regulamenta a titulação das terras quilombolas foi sem dúvida um aspecto fundamental na luta e resistência do povo quilombola, concretizado o direito legal, a luta passou a ser dada no reconhecimento dos instrumentos legais para a identificação e titulação das comunidades na prática.

No sentido de cumprir a determinação constitucional do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi assinado pelo governo Lula, em 2003, o Decreto 4887 de 20 de Novembro de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação,

reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. O Decreto traz também considerações sobre quem são os remanescentes de comunidades quilombolas e suas características, bem como as etapas e os órgãos competentes no acompanhamento, identificação, demarcação e titulações dessas terras.

Os desafios quanto ao reconhecimento são muitos, “mas o povo quilombola tem direito à terra”, seja pelos valores e consequências negativas advindos do período colonial e impostas à identidade negra, seja pelo auto reconhecimento de ser e pertencer a uma terra e a um grupo. Conforme o que diz Leite (2000, p. 349) “o ato de quilombolar-se, ou seja, de organizar-se, contra qualquer atitude ou sistema opressivo [...], é, nos dias atuais, a condição de dar sentido e fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos”.

As lutas constantes nos fortalecem como sujeitos de direito e possibilita conquistas antes inviáveis. É o caso do acesso dos quilombolas nas universidades públicas e privadas através das políticas de ações afirmativas que ganha visibilidade a partir da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, em 2001. Neste contexto, iremos discutir no próximo capítulo as concepções teóricas sobre as ações afirmativas e os desdobramentos no âmbito educacional.

3. CAPÍTULO 2: Política de Ações Afirmativas no Ensino Superior

3.1. Algumas concepções sobre as Ações Afirmativas

A consolidação da Política de Ação Afirmativa no Brasil nas mais diversas áreas (educação, saúde, econômica, social, emprego, renda, habitação e política) é fruto de uma intensa luta e mobilização dos movimentos negros e sociais em prol da promoção de direitos e da justiça social. Em paralelo à redemocratização do país houve uma pressão maciça dos movimentos sociais ao exigir uma postura mais ativa do Poder Público diante das questões como raça, gênero, etnia, e a adoção de medidas específicas para sua solução, resultando nas ações afirmativas.

Quando se trata de políticas para a população negra, Moehlecke (2002) aponta que a discussão sobre políticas para a igualdade racial não é recente. E sinaliza que o primeiro registro encontrado remete a 1968 quando técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho declararam-se favoráveis à criação de uma lei, de caráter obrigatório, por meio da qual empresas privadas contratariam empregados, segundo a cor, sendo a única solução para a discriminação racial no âmbito do mercado de trabalho. Aponta ainda que a lei não chegou a ser elaborada e que foi só a partir da redemocratização do país que o debate em torno das políticas de ação afirmativa tornou-se mais intenso. (MOEHLECKE, 2002, p. 204).

Dentre os movimentos e organizações sociais que contribuíram para a formulação de políticas públicas e ações afirmativas de reparação, estão: a Frente Negra Brasileira (1931-1937), associação que desenvolvia atividades de caráter político, cultural e educacional; a Imprensa Negra (1916-1966) que atuava na divulgação e afirmação social da população negra; o Teatro Experimental do Negro (1944-1961) que dava ênfase à valorização do negro e da cultura afro-brasileira através da arte e educação; o Movimento Negro Unificado (1978) que luta contra a discriminação racial no país e a Fundação Palmares (1988), primeira instituição pública federal vinculada ao Ministério da Cultura, que atua na promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. (SANTOS, 2017, p. 81-82).

Entretanto, cabe aqui discernir do que se trata a chamada política de ação afirmativa. Corroborando com os escritos de Gomes (2001), o autor vai definir as ações afirmativas na perspectiva do direito constitucional da igualdade material pontuando que:

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (GOMES, 2001, p. 5).

Nesta perspectiva, observa-se que as ações afirmativas, para além de um princípio jurídico, constituem-se uma necessidade do Estado em combater as discriminações existentes na sociedade, através de medidas eficazes a fim de saná-las. Gomes (2001) também explicita os objetivos da ação afirmativa considerando, de um lado, o objetivo da transformação cultural, pedagógica e psicológica, a fim de retirar do imaginário coletivo a ideia de subordinação de uma raça pela outra; de outro lado, têm-se o objetivo de não só reprimir a discriminação nos dias atuais, mas especialmente eliminar as consequências advindas do passado. Ainda, faz parte dos objetivos das ações afirmativas o estabelecimento da diversidade e maior representatividade dos grupos minoritários nas diversas atividades públicas e privadas. (GOMES, 2001, p. 11).

Gomes (2003) vai argumentar que:

As ações afirmativas podem ser entendidas como um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de caráter compensatório, facultativo ou voluntário que têm como objetivo corrigir as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais e/ou étnico/raciais com um histórico comprovado. Elas possuem em caráter emergencial e transitório. Sua continuidade dependerá sempre de avaliação constante e de comprovada mudança do quadro de discriminação que as originou. (GOMES, 2003, p. 222).

Oliven (2007) expõe de maneira semelhante que:

O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando. (OLIVEN, 2007, p. 30).

Os argumentos apresentados pelas autoras enfatizam a intenção das ações afirmativas em incentivar organizações a reparar as injustiças e desigualdades sofridas no passado por certos grupos (sociais, étnico-raciais) que compõem a população brasileira, possibilitando sua inclusão e de seus descendentes nas práticas cotidianas.

Um aspecto não menos importante apresentado por Gomes (2003) é quanto ao caráter facultativo e temporário, ou seja, não necessariamente é uma política obrigatória e pode ter um fim, dependente sempre de avaliação para constatar mudanças em relação ao quadro inicial de desigualdades. Portanto, “constituem um remédio de razoável eficácia para esses males.” (GOMES, 2003, p. 6).

O debate sobre as políticas de ação afirmativa ganha visibilidade após a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em 2001, em Durban, África do Sul, onde o Brasil se posiciona a favor da adoção de políticas públicas para a população afro-descendente nas áreas de educação e mercado de trabalho. “Políticas inclusivas, na forma de cotas sociais e raciais nas universidades, passaram a ser uma das bandeiras significativas nas lutas antirracistas e contra a exclusão social.” (CAREGNATO; OLIVEN, 2017, p. 174). A referida conferência representa um marco no que diz respeito ao combate ao racismo no país. O Brasil reconhece que o racismo teve consequências severas na vida da população negra e se compromete com a adoção de medidas necessárias para a diminuição dessas consequências.

Além disto, outras iniciativas foram criadas, como: a criação da Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, com o objetivo de enfrentar o racismo; a elaboração da Lei nº 10.639/03, alterada pela Lei nº 11.645/08, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; o Estatuto da Igualdade Racial que garante à população negra a promoção de políticas de equidade; e ainda, a Lei nº 12.711/12 (chamada Lei de Cotas) que reserva 50% das vagas para candidatos advindos de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para candidatos advindos de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. (SANTOS, 2017, p 84-85). As iniciativas constituem uma significativa importância para o processo de intervenção na realidade étnico racial do país, o que inclui a realidade dos quilombolas principalmente no que diz respeito ao acesso ao ensino superior.

Nesse sentido, o enfoque do próximo tópico será dado ao contexto da ação afirmativa no ensino superior e seus desdobramentos na forma de política de cotas na Universidade

Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), bem como se manifesta o acesso dos estudantes quilombolas a essa política.

3.2. Políticas de Ação Afirmativa na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Como vimos anteriormente, a política de ação afirmativa constitui uma significativa intervenção do Estado como forma de reparação a grupos socialmente excluídos. A ação afirmativa no ensino superior se manifesta, por exemplo, através da política de cotas, que reserva vagas para estudantes advindos de escolas públicas, jovens de baixa renda, negros, quilombolas e indígenas a fim de terem acesso ao ensino superior. Essa conquista se deve ao movimento negro que, por muito tempo, se mobilizou em prol de uma postura mais ativa do Estado contra a discriminação principalmente do povo negro nos vários espaços da sociedade.

Destarte, cabe enfatizar a experiência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) na adoção da política de ação afirmativa, mais especificamente da política de cotas, bem como, se dá o acesso dos estudantes quilombolas (sujeitos dessa investigação) à política. No entanto, cabe realizar um breve percurso histórico quanto à inserção da Universidade no interior do Recôncavo Baiano, a fim de compreender os aspectos que caracterizam sua importância e de suas ações para a população do seu entorno.

O projeto de criação da UFRB, de setembro de 2003, elaborado por uma comissão da Universidade Federal da Bahia (UFBA), utiliza-se de argumentos para subsidiar a implantação de uma universidade no Recôncavo. No referido projeto, apresenta-se aspectos territoriais do Recôncavo, ao enfatizar que este possui uma densidade demográfica bem definida, com distâncias entre municípios não superiores a 100 km e uma excelente infraestrutura urbana, de transporte e comunicações. Tais aspectos possibilitariam a estruturação de uma universidade multicampi baseada nas especificidades desses subespaços. (UFBA, 2003, p 28).

Tendo em vista que o Recôncavo possui traços históricos, econômicos e culturais advindos do período colonial, o citado projeto deslumbra a necessidade da implantação de uma universidade que contemple como princípios institucionais:

- cooperação com o desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico, cultural e artístico do Estado e do país;
- compromisso com o desenvolvimento regional;

- criar marcos de reconhecimento social pelos serviços especiais prestados no atendimento da população;
- gestão participativa: a participação das comunidades interna e externa é fundamental para a Universidade orientar seus esforços na manutenção de seus pontos fortes e no redirecionamento de seus pontos fracos;
- usos de novas tecnologias de comunicação e informação;
- criação de uma matriz administrativa que fortaleça a unidade universitária;
- desenvolvimento de um ambiente capaz de viabilizar a educação à distância;
- processo de avaliação permanente;
- adoção de políticas afirmativas de inclusão social;
- implantação modular dos campi. (UFBA, 2003, p. 28-29).

Contudo, a concretização da instalação da UFRB viria a acontecer em Julho de 2005.

A UFRB, com sede no município de Cruz das Almas, foi criada pela Lei 11.151, de 29 de Julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA, com o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária. (UFRB, 2009, p. 12).

A UFRB estabelece como missão institucional:

exercer de forma integrada e com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística e valorização das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico. (UFRB, 2009, p. 13).

A Universidade possui uma estrutura multicampi que abrange os seguintes campi: Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB) localizado na cidade de Cruz das Almas; o Centro de Formação de Professores (CFP) localizado na cidade de Amargosa; O Centro de Ciências da Saúde (CCS) em Santo Antônio de Jesus; o Centro de Artes Humanidades e letras (CAHL) na cidade de Cachoeira; o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) situado em Santo Amaro; e o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) em Feira de Santana.

É importante frisar o papel da Universidade enquanto campo de produção de conhecimento científico que possibilita, por meio deste conhecimento e através de suas práticas e ações de ensino, pesquisa e extensão, oportunidades para as regiões do Recôncavo, este, com desigualdades econômicas, sociais e raciais que geram prejuízos à população. É neste contexto que a UFRB se posiciona de forma determinante no que diz respeito à construção de possibilidades para a superação das discriminações e desigualdades raciais, de gênero, de orientação sexual, de classe social, dentre outros, existentes no território.¹

¹ <https://ufrb.edu.br/portal/institucional>

Dessa forma, a UFRB passa a assegurar institucionalmente políticas afirmativas e de inclusão social, através da criação de uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), que tem como propósito:

[...] promover a execução de políticas afirmativas e estudantis na UFRB, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e do desenvolvimento regional. (UFRB, 2009, p. 46-47).

A Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) é composta atualmente pela Secretária de Apoio Administrativo (SECAD), pela Coordenação de Políticas Afirmativas (COPAF), pela Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) e ainda, é instituída em cada Centro de Ensino.

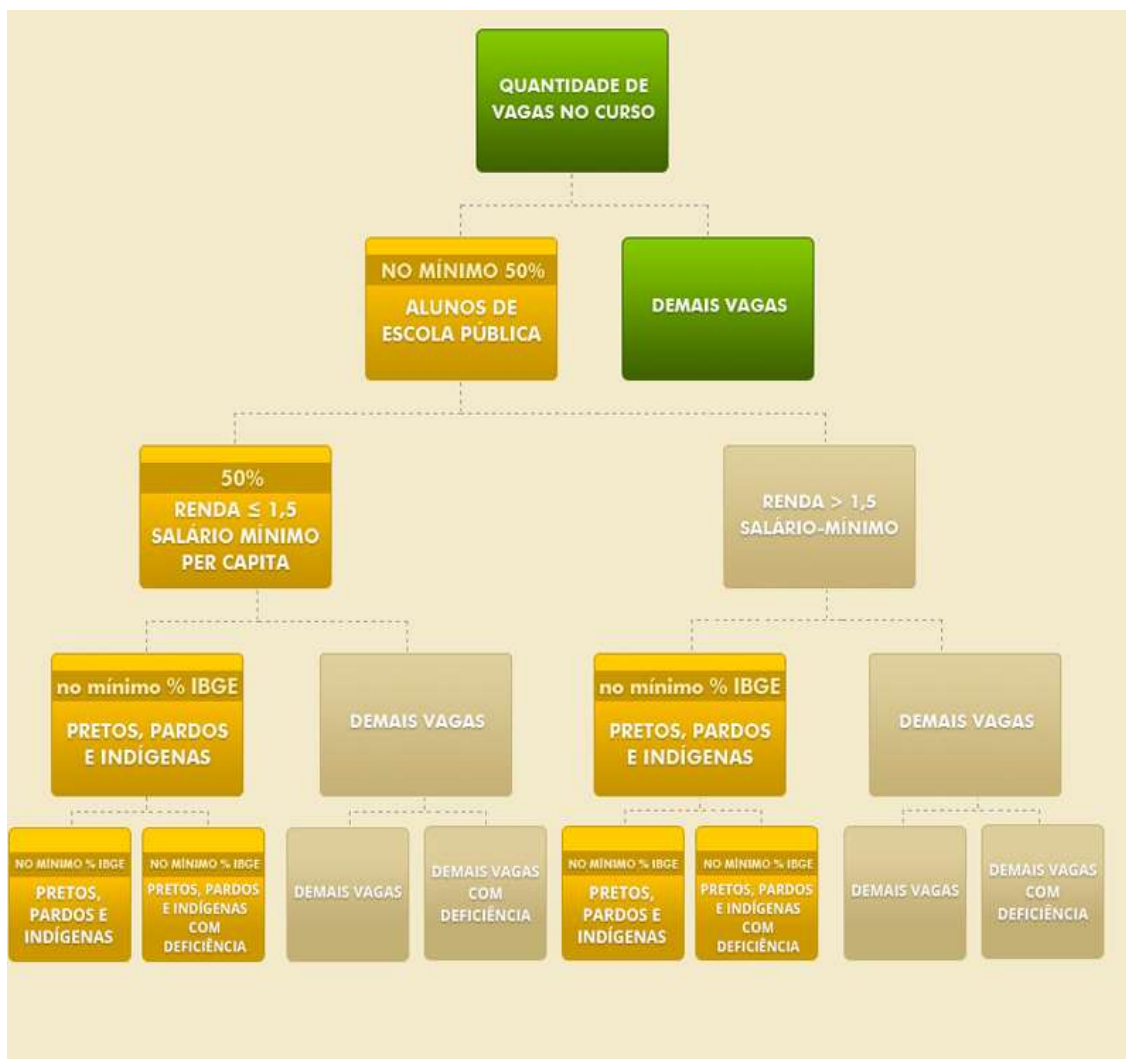
Destarte, as políticas afirmativas desenvolvidas pela PROPAAE envolvem assuntos estudantis que estão ligados ao acesso, permanência e pós-permanência, principalmente dos estudantes

oriundos das escolas públicas, afrodescendentes e índio-descendentes no ensino superior público; assim como o desenvolvimento regional visam à criação do espaço necessário para a formulação e implantação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social. (UFRB, 2009, p. 47).

No que tange à Política de Cotas, instituída pela Lei nº 12.711/12, regulamentada pelo Decreto 7.824/12, a UFRB já adotava reserva de vagas para cotista desde sua criação em 2005, e a partir da institucionalização da Lei de Cotas, a Universidade passou a dispor integralmente a política em seu primeiro processo seletivo, após a regulamentação. Das vagas disponibilizadas 50% são para candidatos que cursaram todo ensino médio em escolas públicas. Destas, metade é destinada a alunos cujas famílias tenham renda *per capita* menor ou igual a um salário mínimo e meio. Cada uma destas metades ainda é dividida entre cotistas pretos, pardos, indígenas e/ou pessoas com deficiência seguindo índices definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)².

² <https://ufrb.edu.br/portal/institucional>

Figura 1: Aplicação da Lei de Cotas nas instituições federais de ensino



Fonte: MEC

Destarte, o acesso à Política de Cotas na UFRB se dá através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), Cadastro Seletivo, Processo seletivo para Indígenas Aldeados e Quilombolas etc. Estes se constituem como formas de ingresso estabelecidas no site da Universidade. O Comitê de Acompanhamento de Políticas Afirmativas e Acesso à Reserva de Cotas (COPARC), vinculado ao Conselho Universitário (CONSUNI), é uma instância que acompanha a aplicação das políticas afirmativas na UFRB no que se refere ao acesso através das reservas de vagas e apura as suspeitas e/ou denúncias de fraudes formalizadas na instituição, através de processos administrativos (site/PROPAAE/COPARC).

O acesso dos estudantes quilombolas à reserva de vagas pode ser concretizado no que tange à autodeclaração ao critério da cor (preto, pardo) ou mesmo através do processo seletivo especial para indígenas aldeados e quilombolas, visto que se enquadram em ambas as categorias. Contudo, isto não os exclui de participarem em ampla concorrência com demais candidatos. A reserva de vagas se constitui em um instrumento que garante a oportunidade dos grupos minoritários, e isto inclui os quilombolas, ao ensino superior, visando reparar as injustiças sofridas no passado, ampliando as possibilidades de melhores condições de vida.

4. CAPÍTULO 3: Desafios e estratégias de permanência na educação superior

4.1. Discutindo Permanência

O acesso às universidades públicas se constitui uma etapa significativa no processo de formação de estudantes quilombolas, contudo, isso não significa que este estudante conclua o curso. Sua permanência na instituição é o que vai determinar o alcance dessa conclusão. Os desafios para concluir um curso na universidade são muitos, principalmente quando se trata de estudantes de classes menos abastadas, e por isso esses estudantes desenvolvem e adquirem estratégias de permanência. Segundo Setton (2002, p. 64), “as estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica”.

Coulon apud Teixeira (2017) ao argumentar sobre as desigualdades de acesso ao saber, pelos estudantes que ingressam em universidades, fundamentado a partir da noção de *membro* apresentada por Harold Garfinkel e da teoria do *habitus* delineada por Pierre Bourdieu, reflete sobre a entrada de um jovem na universidade e como ocorre o processo de afiliação ao novo ambiente enfatizando que “o sucesso de um universitário passa pela aprendizagem de um verdadeiro “ofício de um estudante””. (COULLON apud TEIXEIRA, 2017, P. 1242).

Assim, conforme Coulon apud Teixeira (2017), a passagem do ensino médio para o ensino superior é cheia de desafios e dessa maneira,

A mudança mais espetacular que se produz com o ingresso na universidade é a relação dos novos estudantes com as regras e os saberes, uma verdadeira aprendizagem prática que deve ser desenvolvida. [...] O novo estudante deve, em particular, descobrir as rotinas, as evidências, as regras, os novos códigos da universidade. (COULLON apud TEIXEIRA, 2017, P. 1242).

Outro aspecto importante enfatizado por Coulon apud Teixeira (2017) é as três fases relacionadas ao ingresso de um estudante universitário que vão determinar o processo de afiliação do estudante iniciante:

- Os novos estudantes experimentam um tempo de estranheza, ao longo do qual sentem-se separados de um passado familiar que eles devem esquecer. Em seu novo universo tudo lhes parece estranho: o ritmo das aulas não é mais o mesmo, as regras

mudaram, as exigências dos professores também mudaram, ao ponto em que certos estudantes se perguntam o que realmente devem fazer;

- Em seguida é o tempo da aprendizagem, frequentemente vivido de forma dolorosa, repleto de dúvidas, incertezas e ansiedades. O estudante não conhece mais a familiaridade de seu passado escolar e ainda não tem um futuro universitário ou profissional: ele está entre os dois. Uma aprendizagem complexa deve se realizar rapidamente pois ela condiciona a continuidade de seus estudos;
- Enfim, chega o tempo da afiliação: os estudantes descobrem e aprendem a utilização dos numerosos códigos, institucionais e intelectuais, que são indispensáveis a seu ofício de estudante. Eles começam a reconhecer e assimilar as evidências e as rotinas do trabalho intelectual. [...] Essa nova competência, em processo de construção, se manifesta por meio de diversos marcadores de afiliação: expressão escrita e oral, inteligência prática, seriedade, ortografia, presença de referências teóricas e bibliográficas nos trabalhos escritos, utilização espontânea do futuro anterior anunciador de uma perspectiva em construção. Ele começa a categorizar o mundo intelectual, no qual entrou alguns meses antes, da mesma maneira que os outros membros e, sobretudo, da maneira como os seus professores esperam que ele faça. (COULON apud TEIXEIRA, 2017, P. 1246-1247).

Diante do exposto, é possível afirmar que um estudante precisa vivenciar tais fases a fim de se adaptar com o novo mundo universitário. Contudo, é importante frisar que muitos estudantes podem desistir do curso por falta de adaptação, além de outras condições.

Neste sentido, Carrelli e Santos (1998, p. 1), ao pesquisarem sobre as condições temporais e pessoais de estudantes universitários, argumentam que o estudante universitário pode ser consideravelmente afetado pela falta de tais condições de estudo. As Condições Temporais, segundo as autoras, dizem respeito ao intervalo de tempo que os universitários dedicam-se a estudar. Não necessariamente tem a ver com muitas horas de estudo, mais sim, com o aproveitamento eficiente do tempo que se dispõe. As Condições Pessoais, por sua vez, estão relacionadas às habilidades e estratégias individuais que alguns estudantes possuem em se apropriarem de conteúdos, podendo ser bem mais sucedidos que outros. Dessa forma, muitos estudantes desenvolvem estratégias conforme suas condições (temporais e pessoais) a fim acompanharem as diferentes atividades curriculares do curso.

Ademais, Santos (2009) ao refletir sobre a concepção de permanência, fundamentada por Lewis e Kant, a partir da ideia de tempo (duração) e transformação, delinea que:

De um modo geral, pode-se dizer que a permanência é, pois, duração e transformação; é o ato de durar no tempo, mas sob um outro modo de existência. A permanência traz, portanto, uma concepção de tempo que é cronológica (horas, dias, semestres, anos) e outra que é a de um espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de experiências e transformação de todos e de cada um. (SANTOS, 2009, p. 68).

Dessa forma, permanecer está ligado ao ato de durar no tempo e, sobretudo, existir onde o indivíduo tenha a possibilidade de se transformar, construir saberes, trocar experiências na relação com o diverso. Ao elucidar, conforme o modo Weberiano, um tipo ideal de permanência que traz em seu bojo as ideias de tempo e transformação, a autora nos diz que:

[...] permanência é o ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência. A permanência deve ter o caráter de existir em constante fazer e, portanto, ser sempre transformação. Permanecer é estar e ser continuum no fluxo do tempo, (trans)formando pelo diálogo e pelas trocas necessárias e constridoras. (SANTOS, 2009, p. 68).

Para elucidar ainda mais o conceito de permanência, Reis e Tenório (2009) argumentam que a permanência no pós cotas adquire:

o significado de continuar nos estudos, mas esta permanência não pode ser resumida, meramente, ao assistencialismo. Também não pode ser pensada como uma política transitória, mas como uma política efetiva do Estado, no sentido de garantir e fortalecer a trajetória acadêmica de alunas e alunos negros com vistas à conclusão do seu curso e, quiçá, à sua entrada em um Programa de Pós-Graduação. (REIS; TENÓRIO, 2009, p. 52).

Ao analisar os argumentos apresentados pelos autores acima fica evidente que a permanência desses estudantes passa pelas constantes transformações ou mudanças que ocorrem no fluxo do tempo e a capacidade de existência do indivíduo garante sua permanência. Ainda, a permanência vai além de uma ação de assistência transitória do Estado e é preciso a criação de instrumentos que garantam a efetiva participação do aluno nas mais variadas atividades da universidade, a fim de, fortalecer sua permanência e vivência na universidade.

Destarte, para compreender os entornos relacionados à permanência de estudantes quilombolas (sujeitos dessa pesquisa) na universidade, mais especificamente, na UFRB, adotaremos os conceitos de permanência propostos por Santos (2009), conceitos fundamentais deste estudo. A autora enfatiza dois tipos de permanência, uma relacionada às condições materiais de existência, chamada permanência material, e outra relacionada às condições simbólicas de existência, chamada permanência simbólica.

Para Santos (2009), a permanência material está relacionada aos meios de subsistência, como recursos para aquisição de livros e equipamentos, para a alimentação,

moradia, transporte, etc. que garantam aos estudantes vivenciar a universidade e permanecer nela. Dessa forma, o desafio da permanência material pode ser imposto a qualquer estudante, mas, no caso específico do estudante quilombola, esse desafio se torna ainda maior quando se analisam questões da realidade econômica e social do meio em que vivem. Conforme salienta Zago (2006), os estudantes originários de famílias de baixa renda, que precisam financiar seus estudos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade e quando são de outras cidades ou estados possuem uma despesa ainda maior, principalmente pelo fato de não morarem com a família. Em decorrência, buscam estratégias que vão desde residirem na casa do estudante universitário (quando há vaga), ou com parente, ou ainda, dividem casa ou apartamento com colegas (ZAGO, 2006, p. 233).

Santos (2009) aponta ainda, que alguns estudantes em razão de buscarem condições para permanecerem materialmente na universidade, deixam de vivê-la em sua plenitude para buscarem meios que agreguem e viabilizem os custos na universidade, uma vez que, a renda familiar é insuficiente. “[...] Essa escolha tem impactos na permanência simbólica, já que repercute de forma distinta sobre o desempenho e sobre a vida acadêmica.” Além disto, afirma que esses estudantes-trabalhadores acabam excluídos das diversas atividades que proporcionam a imersão na nova cultura acadêmica. (SANTOS, 2009, P.72-73).

Outro aspecto enfatizado pela autora é a utilização de estratégias institucionais de permanência, os estudantes lançam mão de instrumentos institucionais que a universidade dispõe (a exemplo de aquisição de bolsas de assistência estudantil, bolsa de monitoria, ou iniciação científica). (SANTOS, 2009, P.72). Conforme Heringer, “o apoio a estas demandas colocadas pelos estudantes de origem popular e de grupos historicamente discriminados seria objeto das políticas de assistência estudantil existentes nas instituições” (HERINGER, 2014, p. 26).

Neste contexto, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), (Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010), “pode representar um passo importante para a melhoria das condições reais de permanência dos estudantes que ingressam via ações afirmativas e dos estudantes provenientes das camadas populares, de forma geral.” (PORTES; SOUSA, 2012, p. 8). O programa consiste em subsidiar estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais e que estejam em situação de vulnerabilidade econômica, a fim de minimizar as

desigualdades sociais e regionais e promover a democratização do acesso e permanência dos jovens na educação superior. De maneira mais abrangente o programa tem como objetivo:

- I democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

As ações de assistência estudantil subsidiadas pelo PNAES devem estar entre as áreas de moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Contudo, Heringer (2014) aponta que “existem várias críticas tanto por parte de organizações estudantis quanto por parte de administrações de universidades federais, apontando que os recursos [do PNAES] são insuficientes para atender à demanda por estas políticas.” (HERINGER, 2014, p. 27).

Segundo Cunha (2017), o Programa de Bolsa Permanência (PBP/MEC), instituído pela Portaria nº 389, de 09 de Maio de 2013 e elaborado com base na Política Nacional de Assistência Estudantil,

[...] oferece bolsas para estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas, com a finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e conclusão dos seus respectivos cursos. Este Programa se caracteriza pelo repasse do recurso direto ao estudante e compete às instituições de educação superior realizarem o processo seletivo. Dentre os requisitos para acessar o auxílio financeiro, exige-se a matrícula em curso de graduação com carga horária média, igual ou superior a cinco horas diárias. Além disso, o MEC prioriza os indígenas e quilombolas, que, independentemente da carga horária dos cursos nos quais estão matriculados, poderão ser usuários do Programa (CUNHA, 2017, p. 53).

No caso específico da UFRB, a Instituição dispõe do Programa de Permanência Qualificada (PPQ), subsidiado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que atende estudantes levando em conta suas condições socioeconômicas e suas histórias de vida, oferecendo recursos para modalidades de moradia, deslocamento, alimentação, participação em projetos institucionais de pesquisa e creche, além de estabelecer adesão ao Programa Bolsa Permanência (PBP). Santos (2017) salienta que o PBP tem sido o grande responsável

pela permanência de quilombolas no ensino superior da UFRB e que em sua pesquisa os estudantes argumentaram a importância desse benefício. “É notório, em suma que todos esses instrumentos servem para preservação, aperfeiçoamento e continuidade dos estudantes quilombolas, indígenas e de baixa renda no ensino superior, promovendo a possibilidade imanente de vivência universitária” (SANTOS, 2017, p. 126).

Estas ações de cunho assistencialista possibilitam ao jovem a busca pela permanência no sentido material, e conforme salientam Veloso e Maciel (2015), “o apoio financeiro e auxílio aos estudantes é um dos elementos que favorecem a continuidade dos estudos na educação superior, ou seja, contribui para sua permanência.” (VELOSO; MACIEL, 2015, apud MATTOS; FERNANDES, 2019, p. 165). Contudo, não basta apenas ter bolsa alimentação, transporte, moradia, é preciso sentir-se membro da universidade, é preciso ter o sentimento de pertencente àquele ambiente.

Atrelado às condições materiais de permanência, imprescindíveis, mas não suficientes, os estudantes criam estratégias que Santos (2009, P. 70-71) vai chamar de permanência simbólica. Esta, por sua vez, relaciona-se às condições de existência dos estudantes, no que tange ao relacionamento com os colegas, corpo docente e com a instituição em si, envolvendo-se ainda em diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão, traçando laços, a fim de driblar as dificuldades simbólicas de existência.

Santos (2009, P.74) enfatiza a questão da relação de poder entre os recém-chegados com aqueles que já se encontram na universidade e possuem um capital intelectual socialmente valorizado, e como isso influencia na permanência simbólica dos recém-chegados, uma vez que estes não detêm ainda um capital cultural e por isso podem se sentirem excluídos e inferiores. “É esta situação de inadequação, de exclusão, de discriminação que impede a permanência simbólica dos recém ingressos na Universidade.” (SANTOS, 2009, P.75).

No recorte desta investigação, os estudantes quilombolas, muitos deles primeiros a ingressarem no ensino superior em suas famílias, são diretamente afetados por esses aspectos simbólicos. Buscam, no entanto, estratégias de resistências junto a outros estudantes quilombolas, formando grupos de estudo e coletivos no intuito de fazer parte e sentirem-se pertencentes ao ambiente acadêmico.

É importante frisar que estes estudantes também utilizam estratégias informais de permanência que impactam diretamente na permanência material e também simbólica. Reis e Tenório (2009) observam que quando não existem ou são insuficientes às políticas públicas destinadas aos estudantes ingressantes no sistema universitário, entram em cena as redes de solidariedade, também chamadas pelos autores de estratégias informais de permanência. Os autores apresentam uma discussão embasada em entrevistas realizadas com estudantes cotistas, entre os anos de 2006 e 2007, nas quais estes estudantes apresentam algumas dessas estratégias informais, a saber:

[...] os estudantes cotistas observam o score global como uma estratégia extremamente importante, pois, à medida que mantém seus escores altos estes estudantes têm a possibilidade de se matricular nos primeiros dias e assim escolher matérias e concentrar os horários em apenas um turno. Deste modo, conseguem trabalhar ou estagiar no turno oposto. (REIS; 2009, TENÓRIO; p. 59).

[...] Nas entrevistas individuais, muitos estudantes disseram que tentaram o auxílio alimentação, mas não conseguiram, então um método muito utilizado é visitar um colega na Residência Universitária no horário de almoço, e esse dividir a alimentação a que ele tem direito como residente. (REIS; 2009, TENÓRIO; p. 60).

[...] Outra estratégia informal que surge daquela necessidade é a organização de grupos de cooperação. Os membros deste grupo dividem a comida e água que levam para passar o dia na Universidade e se ajudam nas disciplinas e na divisão dos textos fotocopiados, necessários ao acompanhamento das aulas. (REIS; 2009, TENÓRIO; p. 60).

Santos (2009) também identifica em sua pesquisa as estratégias informais adotadas pelos estudantes, são 6:

1) Cooperação – Caracteriza-se pela organização dos estudantes em grupos para estudos, auxílio nas disciplinas e socialização de textos, livros e outros materiais pedagógicos, além de alimentos e recursos para o transporte (quanto ao transporte os estudantes podem simplesmente formar grupos para fazer o percurso a pé). Esta estratégia é utilizada tanto para permanência material quanto para a permanência simbólica.

2) Desempenho acadêmico – Esta estratégia, assim como a anterior, é adotada tanto para a permanência material quanto para a permanência simbólica. Entretanto, diferentemente da cooperação, o desempenho acadêmico é uma estratégia individual. No caso da permanência material, os estudantes vêm no desempenho – representado pelas notas na disciplina e que vão constituir o score global, necessário para o escalonamento das matrículas – uma possibilidade concreta de se matricular nos primeiros dias e assim, formatar um horário que possibilite estagiar ou trabalhar e com isso, garantir algum recurso para a permanência na Universidade.

3) Invisibilidade – Esta estratégia de permanência simbólica, consiste em falar pouco nas aulas e evitar atividades coletivas ou que mantenha o estudante em

evidência. A ideia nesta estratégia é aparecer pouco, e em consequência, ser pouco discriminado.

4) Polarização – Também está aqui uma estratégia de permanência simbólica adotada por alguns estudantes e que caracteriza-se pela formação de grupos homogêneos, seja em termos raciais ou econômicos. Esta estratégia traz uma concepção de que entre iguais há proteção e possibilidades maiores de permanência simbólica.

5) Branqueamento - Esta estratégia foi mencionada por apenas um estudante, mas considerada importante de ser analisada, dado que outros jovens podem utilizar tal estratégia, mas não tem coragem de assumir. O branqueamento é também uma estratégia individual e que consiste em manipular o corpo para ficar mais parecido com o grupo e ser aceito por ele.

6) Enfrentamento - Esta estratégia está pautada no confronto aberto, denunciando o racismo e as injustiças sociais e raciais. O enfrentamento pode ser aos colegas de turma, funcionários ou mesmo professores. Os estudantes que utilizam tal estratégia buscam conhecimentos a respeito da questão racial para assim poder identifica-la e combata-la. (SANTOS, 2009, p. 192-193).

A autora enfatiza, portanto, que estas estratégias encontradas na pesquisa não são aspectos definitivos e que podem se transformar no decorrer do curso. É importante, entretanto, conhecer que aspectos estão implicados na tentativa de permanecer com sucesso na universidade.

Neste sentido este estudo visa, a partir das discussões teóricas apresentadas, identificar as estratégias de permanência dos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu frente aos desafios enfrentados quanto à permanência na UFRB. Assim, no próximo capítulo será apresentada a referida comunidade quilombola e suas características.

5. CAPÍTULO 4: A Comunidade Quilombola de São Francisco do Paraguaçu e seus estudantes na UFRB

Enquanto moradora da comunidade Quilombola de São Francisco do Paraguaçu me encontro em uma atividade prazerosa e satisfatória que é descrevê-la para vocês, leitores. No entanto, enquanto pesquisadora tenho o compromisso de transmitir um conhecimento aprofundado em relação à comunidade e aos estudantes que estão inseridos na UFRB. Neste sentido, cabe realizar aqui uma contextualização dessa comunidade, a fim de compreender aspectos e contexto histórico, organização geográfica e como se desenvolvem as relações e práticas sociais dos estudantes na UFRB.

A comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu, conhecida por seus traços da arquitetura colonial, é parte integrante da história do Estado da Bahia. Localizada na zona rural do distrito do Iguape, no município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, situa-se à margem esquerda do Rio Paraguaçu e é banhada por um braço de mar da Baía de Todos os Santos.

Conforme nos apresenta Souza (2017, p. 61), o contexto histórico da comunidade remete à construção do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, pelos franciscanos – primeiros religiosos a aportar no Brasil, sendo de suma importância para o território. Muitos escravos contribuíram para essa construção e diante das opressões sofridas fugiam e se refugiavam na mata fechada do vilarejo. Ao fugirem do trabalho escravo ocupavam a região do Boqueirão, Alamão e Caibongo Velho onde desenvolviam atividades de subsistência, como a caça, o extrativismo vegetal, e a agricultura com a plantação de feijão, mandioca e batata. Com o fim da escravidão em 1888, esses escravos retornaram para as terras baixas mais próximas ao Rio Paraguaçu, ali formaram e desenvolveram a comunidade de São Francisco do Paraguaçu com seu próprio modo de vida, músicas, cultura, religião e hábitos alimentares.

Ainda em sua pesquisa, Souza (2017 p. 66 a 67) retrata o modo de vida da população dessa comunidade, “formada basicamente por pescadores e agricultores, [...] vive de modo ainda tradicional, explorando de maneira sustentável os recursos naturais de que dispõe”, caracterizando-se como uma comunidade quilombola e pesqueira, sendo um espaço plural e diversificado. Por se tratar de uma comunidade com um contingente populacional pequeno, “a maioria dos moradores se conhece e por isso mantêm laços de amizade muito próximos, o

que faz com que se perceba um sentimento de coletivismo e pertencimento muito forte entre a população”. As atividades de subsistência da população local com a pesca, a agricultura, são exemplos dessa relação, pois servem como um meio de estreitamento das relações sociais entre os moradores da comunidade. Outro exemplo do modo de vida da população, citado pelo autor, relaciona-se ao lazer na comunidade que, por não possuírem uma grande variedade de entretenimento, “os moradores acabam realizando as mesmas atividades para se divertir dentro da comunidade, a exemplo das partidas de futebol, realizadas em campos ou quadras poliesportivas; dos banhos de rio; das rodas de conversa nos pequenos bares”.

Quanto ao acesso à comunidade Souza (2017) destaca que:

[...] pode ser realizado via marítimo-fluvial pelo do Rio Paraguaçu ou por via terrestre através da BA-880. A BA-880 possui 22 quilômetros de extensão e liga a comunidade de São Francisco do Paraguaçu ao povoado de Opalma, no Vale do Iguape, também na zona rural de Cachoeira. A comunidade dista 110 quilômetros de Salvador e 44 quilômetros de Cachoeira, sede do município. (SOUZA, 2017, p. 59).

Kuhn (2009 p.20) nos diz que “São Francisco do Paraguaçu é uma comunidade formada por aproximadamente 1.200 pessoas, de acordo com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)”. A comunidade possui três escolas, sendo uma creche (Creche Tia Angélica), uma escola de nível fundamental 1 (Escola Maria da Hora Sanches de Santana) e uma escola municipalizada de nível fundamental 2 (Escola Estadual de 1º Grau São Francisco do Paraguaçu). Para realizar o ensino médio, os estudantes precisam se dirigir à Escola Estadual Eraldo Tinoco que está localizada no distrito do Iguape, cerca de 6 quilômetros da comunidade.

No que diz respeito aos sujeitos dessa pesquisa, moradores da comunidade e graduandos da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), alcançar um nível superior pode significar um sonho e ao mesmo tempo um desafio para estes estudantes, cuja ascendência história foi sempre opressora e restrita em diversos setores da sociedade. Por isso insistem e estão longe de desistir desse sonho e desafio. São hoje estudantes universitários que têm a possibilidade de inspirar e encorajar os que estão pertos e até aquele que não possuem vínculos. Estas afirmações baseiam-se em minha perspectiva de vida enquanto moradora e aluna de todas as escolas acima citadas, bem como da maioria dos sujeitos dessa investigação.

É dentro desse contexto de sonho e desafio que estes estudantes se utilizam das estratégias de permanência e nesse sentido o estudo é proposto, visibilizar estas estratégias, contribuir para o cenário dos estudantes quilombolas nas universidades de uma forma geral.

6. Método

Com o propósito de compreender as estratégias utilizadas pelos quilombolas de São Francisco do Paraguaçu, no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), frente aos desafios da permanência na instituição, foi utilizada a abordagem qualitativa, com observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas.

6.1. Sujeitos da investigação

Nas primeiras explorações da pesquisa, quanto aos sujeitos, foram identificados 11 (onze) indivíduos da comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu que estudam na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no Centro de Artes, Humanidades e Letras, (UFRB-CAHL). A partir de então, uma amostra de conveniência foi definida, definindo um total de seis (06) participantes, por questões de exequibilidade da investigação. Contatados e informados sobre a pesquisa, os primeiros seis (06) sujeitos tiveram interesse e disponibilidade em participar.

6.2. Coleta e Análise dos Dados

O arcabouço teórico, parte essencial de uma pesquisa, foi pensado e construído com o intuito de enfatizar as abordagens teóricas do assunto em análise e possibilitar ao leitor uma compreensão do contexto em que se insere a pesquisa. Nesta perspectiva, na pesquisa de campo foram utilizados a observação participante, entrevista semiestruturada e o uso do diário de campo, uma relação de complemento entre as técnicas a fim de atingir os objetivos da pesquisa, respeitando o tempo e a adesão dos sujeitos. A coleta em campo foi realizada a partir da assinatura dos sujeitos ao termo de consentimento/esclarecimento (Apêndice 01). Vale salientar que as entrevistas e as observações ocorreram durante o mês de Outubro de 2019.

A entrevista foi dirigida através de um roteiro flexível, com dois momentos: identificação sócio demográfica e as perguntas norteadoras (Apêndice 02). A fim de captar as dimensões de análise com foco nos objetivos da pesquisa foram criadas duas dimensões: uma com relação aos desafios e dificuldades encontradas no ensino superior e outra com relação à utilização de estratégias de permanência. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

O material colhido em campo foi organizado e separado por elementos semelhantes, as categorias foram classificadas a partir da leitura inicial das respostas dos estudantes. Os estudantes foram nominados como EQ1 a EQ6 (Estudante Quilombola) visando garantir o anonimato. Quanto aos dados sócios demográficos desses sujeitos: curso, sexo, idade, cor, estado civil, nº de filhos, ocupação e renda familiar, o Quadro 1 ilustra esta situação.

Quadro 1 : Dados sócios demográficos – estudantes quilombolas, CAHL – UFRB, 2019

SUJEITOS	CURSO	SEXO	IDADE	COR	ESTADO CIVIL	Nº DE FILHOS	OCUPAÇÃO	RENDA FAMILIAR
EQ1	CINEMA E AUDIO VISUAL	FEMININO	22	PRETO	SOLTEIRO	0	ESTUDANTE	1 SALÁRIO
EQ2	GESTÃO PÚBLICA	MASCULINO	38	PRETO	CASADO	3	ESTUDANTE	1 SALÁRIO
EQ3	COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO	MASCULINO	21	PRETO	SOLTEIRO	0	ESTUDANTE	1 SALÁRIO
EQ4	CINEMA E AUDIO VISUAL	FEMININO	19	PRETO	SOLTEIRO	0	ESTUDANTE	1 SALÁRIO
EQ5	CINEMA E AUDIO VISUAL	FEMININO	19	PRETO	SOLTEIRO	0	ESTUDANTE	1 SALÁRIO
EQ6	GESTÃO PÚBLICA	FEMININO	20	PRETO	SOLTEIRO	GESTANTE	ESTUDANTE	1 SALÁRIO

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o Quadro 1, 4 (quatro) sujeitos são do sexo feminino e 2 (dois) do sexo masculino. Distribuem-se entre os cursos de Cinema e Áudio Visual, Comunicação Social – Jornalismo e Gestão Pública. Apresentam idades que variam de 19 anos a 38 anos, apenas 1 (um) é casado e possui 3 (três) filhos e 1 (uma) encontra-se em período gestacional. Todos se autodeclararam de cor preta, não possuem vínculo empregatício e a renda familiar é constituída por apenas 1 (um) salário mínimo.

Quanto à análise dos dados, foram analisados por meio da análise de conteúdo fundamentada por Bardin (1977) e amparados nas bases teóricas pesquisadas. Os dados das

transcrições e do diário de campo foram analisados e tratados nos meses de Novembro e Dezembro de 2019.

7. Resultados

Com o intuito de responder à pergunta de pesquisa dessa investigação “*quais são as estratégias dos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu frente aos desafios da permanência na UFRB-CAHL?*”, foram estabelecidas duas dimensões: Desafios e, posteriormente, as Estratégias. Entretanto, antes de tratarmos dessas dimensões, é importante conhecermos um pouco os estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu.

A vulnerabilidade econômica desses estudantes quilombolas é um dado relevante (ver Quadro 01 na seção Método), pois, é uma característica semelhante à de muitos outros estudantes de universidades públicas. No grupo envolvido nesta pesquisa, a maioria é solteira, dois têm filhos, as idades variam entre 20 e 38 anos, e nenhum tem vínculo formal de trabalho. Não obstante, o fator do contexto social com todas suas especificidades é o que diferencia essa etnia de outros grupos. O passado de negações, opressões, restrições e as nuances do racismo que se perpetuou e que ainda é notável atualmente dificultaram e ainda dificultam a inserção desse povo e seus descendentes em diversos setores da sociedade.

Assim, quando se trata do ingresso de um quilombola no ensino superior, isso significa uma conquista, seja individual, para sua família, e toda comunidade a qual reside. Em consonância, Santos (2017, p.144) afirma que esses estudantes se tornam referência para os seus pares da comunidade de origem, encorajando-os a tentarem a mesma trajetória.

A adoção de políticas públicas de ingresso nas universidades possibilitou oportunidades para diferentes grupos étnicos, inclusive os quilombolas, que hoje estão inseridos no ambiente acadêmico. A busca pela permanência qualificada torna-se necessária para esses estudantes que, por meio da utilização de diversas estratégias de permanência, driblam os desafios que surgem durante o percurso do curso.

No entanto, antes de dar visibilidade às estratégias de permanência, é importante analisar quais desafios incidem na trajetória desses estudantes. Assim sendo, ao analisar a dimensão do desafio, foram observadas 5 (cinco) categorias de análise, conforme o Quadro 2: *Dificuldades enfrentadas no mundo acadêmico; Estranhamento e Pertencimento; Deslocamento para a comunidade; Dificuldades com o Programa de Bolsa Permanência – MEC e Moradia.*

Quadro 2: Categorias da dimensão Desafio

DIMENSÃO	CATEGORIAS
Desafios	Dificuldades enfrentadas no mundo acadêmico
	Estranhamento e Pertencimento
	Dificuldades com o Programa de Bolsa Permanência – MEC
	Deslocamento para à comunidade
	Moradia

Fonte: Elaborado pela autora

Diante do Quadro e da análise feita, é possível afirmar que muitos são os desafios e que eles se manifestam em diferentes aspectos. Quanto às *dificuldades encontradas no mundo acadêmico*, esta categoria buscou verificar quais problemas os estudantes enfrentam na academia. Dessa forma, foram citadas dificuldades como o *pouco conhecimento do mundo acadêmico e dificuldades em aprender*:

[...] Em relação aos desafios foi o que eu falei anteriormente, eu senti muita dificuldade no começo, devido ao pouco conhecimento que eu tinha no mundo acadêmico e educacional. Eu me senti inferior aos demais colegas. Eu tentei inúmeras vezes desistir, vinha para casa chorando “oh, minha mãe eu tô com medo e tal, é muito difícil não vou suportar.” [...] EQ3

[...] Sinceramente, eu, quando entrei na UFRB, foi um baque em minha vida, porque é um mundo totalmente diferente do que eu tinha no ensino médio, em termos de assunto, didática e tal. [...] Foi um ... Eu tive momento de desespero, de chorar, porque é uma coisa muito diferente do que eu tinha lá e com relação ao que eu tive aqui no ensino médio em minha comunidade. Era muito difícil, era muito triste, muita leitura, eram uns textos científicos que eu ficava doido. [...]EQ3

Em diálogo com a fundamentação teórica, devemos considerar aquilo que Alain Coulon chamou de “ofício do estudante” e conseqüentemente em afiliação. O estudante que ingressa no ensino superior vivencia três fases que vão desde o “*tempo de estranheza*” das novas regras e códigos universitários, passando pelo “*tempo de aprendizagem*”, considerado pelo autor o tempo vivido de forma mais dolorosa, até chegar o “*tempo da afiliação*”, quando o estudante passa a compreender os códigos da academia (COULON apud TEIXEIRA, 2017, p. 1246-1247). Dessa maneira, é possível afirmar que os fundamentos apontados por Coulon dialogam com os resultados da pesquisa, nesta categoria.

Os resultados desta pesquisa dialogam ainda, com os resultados do estudo proposto por Mota (2013) sobre os percalços da vida estudantil vivenciados por cotistas na UFRB, na medida em que ambos vivenciam e criam estratégias diante do processo de afiliação

estudantil. Concordamos com a afirmação da autora ao mencionar que aprender a lidar com as regras institucionais evitando o insucesso é uma condição fundamental, pois, “trata-se de um exercício contínuo de abandono de determinados habitus, tributários inclusive da experiência escolar” (SOUSA, 2013, p. 58).

Quando analisada a categoria nomeada *estranhamento e pertencimento*, que buscou verificar como se sentem ou se sentiram esses sujeitos diante de desafios após o ingresso na UFRB, foram apontados nos relatos desafios como a *diferença de idade*, o *sentimento de exclusão* e o *acolhimento superficial da Instituição*. Os relatos dos sujeitos são apresentados abaixo, respectivamente:

[...] No momento que eu entrei na universidade, é, no primeiro dia de aula, é, primeiro tem aquele impacto, né, de todo calouro, vem aquele estranhamento de quando você adentra espaço, né, até porque teve aquela coisa de já ter muito tempo que eu não entrava numa, num, centro de ensino, e aí agora entrou na faculdade, e aí o primeiro grande impacto que eu sofri foi o fato de ter muita gente nova, né, e eu me considero 38 anos, me considero velho em relação à juventude que tá agora entrando na universidade [...] EQ2

[...] Quando eu entrei na faculdade pela primeira vez, eu senti um universo totalmente novo, é, eu achava que eu seria, é, mais acolhida, bem recebida. O que eu pensava era que a faculdade era um lugar mesmo que te acolhia como você é, mas, ao mesmo tempo é um lugar de exclusão, que todo mundo formam seus grupos e deixa você lá, só pelo fato de você vim do quilombo, vim da roça. Aí eles te deixam de certo modo, excluído. [...] EQ1

[...] Eu acho que o centro em si poderia acolher muito melhor os ingressantes né, poderia acolher muito melhor, mas, essa recepção acaba sendo feita por parte dos próprios alunos né, dos próprios estudantes em si, então tem um boas vindas muito superficial pela instituição em si [...] EQ2

Os relatos acima podem representar para alguns um desafio muito persistente, pois, o estranhamento e o sentimento de não pertencimento, e por isso a exclusão, são muito comuns nas universidades. No caso de quilombolas, que possuem um modo de vida próprio, em que muitas são as barreiras e os enfrentamentos na sociedade, colocar esses apontamentos como desafios, parece-me justo e necessário.

Para aquele que se considera velho é natural adentrar um sistema educacional onde muitos são jovens e estranhar o ambiente quando se tem o primeiro contato. O mais significativo disso tudo é que essa relação de faixa etária permite a troca, o convívio e ganhos de experiências, semelhante ao que dizem Cachioni e Aguilar (2008, P. 82-83): “É através da transmissão dos conhecimentos, favorecida pelo convívio e pela passagem dos legados, em

ambientes tanto educacionais como do exercício profissional, que idosos e jovens estudantes são beneficiados mutuamente.”.

O sentimento de não pertencimento, por sua vez, causa a exclusão do indivíduo dentro da universidade, dentro da sala de aula. Conforme mencionado no relato acima, o sujeito define essa exclusão pelo fato de ser quilombola e ter vindo da roça. O acolhimento superficial por parte da Instituição de ensino, neste caso a UFRB, relatado acima, pode contribuir em alguns casos para esse sentimento de não pertencimento. Esses desafios também dialogam com as fases do estudante ingressante cunhada por Coulon e argumentadas anteriormente.

Além desses apontamentos como desafios, na categoria *dificuldades com o Programa de Bolsa Permanência – MEC* que procurou identificar se haviam impasses com a inscrição no Programa, os estudantes quilombolas relatam ser uma inscrição *burocrática* e que havia *dificuldades de se manter no primeiro semestre*, uma vez que a homologação da inscrição demorava meses. Conforme é apontado pelos sujeitos:

[...] Rapaz, sinceramente, é uma bolsa muito burocrática. Exige vários documentos de renda familiar, de comunidade. É um desafio que acho que é posto pra gente desistir de certa forma. Exige muito sofrimento, é muito cansativo. A gente tem que vim na comunidade buscar documentos e ir ao cartório autenticar, ir lá na PROPAAE da faculdade, vamos lá no assistente social, Luciano. É um monte de indagações, de pergunta, mas enfim, foi árduo, mas consegui. [...] EQ3

Eu acho que foi mais difícil pra mim foi quando eu entrei, no primeiro semestre. Quando eu cheguei lá a gente ainda não tinha bolsa, como eu falei, meus pais são pescadores, e aí, me manter na faculdade e manter a casa ficaria um pouco difícil. [...] quando eu me inscrevi na bolsa ainda ficou três meses pra sair e acho que essa parte foi a mais difícil pra mim porque não tinha como mesmo eu me manter lá, sem ajuda de meus pais ou sem uma bolsa mesmo pra me manter. EQ1

Para além das dificuldades burocráticas apontadas, nos dados das observações participantes foi possível constatar que havia alguns assistentes sociais sem conhecimento técnico sobre a regulamentação do Programa, o que desencadeava em informações distorcidas a respeito de alguns procedimentos. “Já fui saber de algumas coisas sobre a Bolsa Permanência na PROPAAE e sai de lá com mais dúvidas ainda. O que me parece é que eles não sabem informar” (Relato de um dos sujeitos durante a observação).

Fazendo menção às dificuldades de se manter no primeiro semestre, ser preto, quilombola e de baixa renda em uma universidade, seja ela pública ou privada, é dar o melhor de si todos os dias, enfrentar o racismo, seja ele institucional ou não, e ainda assim sofrer por

causa do aspecto financeiro. Os custos na universidade são muitos e pesam para um estudante quilombola. Não desistir no primeiro semestre por questões financeiras é uma batalha que esses estudantes enfrentam, já que precisam aguardar a homologação da inscrição no Programa de Permanência. Sem contar que as inscrições do Programa abrem uma vez por ano, ou correm o risco de não abrirem, sempre dependendo da existência de dotações orçamentárias. Assim, a depender do período que o estudante ingressa na Universidade, pode ter acesso às inscrições rapidamente ou não. Enquanto isso não acontece, contam com a ajuda de familiares para sua manutenção na Universidade.

Além da instabilidade causada pela abertura ou não das inscrições, um dado presente na observação participante e nas entrevistas foi a preocupação dos sujeitos com o desmonte nas políticas públicas sociais e conseqüentemente na Política de Ação Afirmativa voltada para indígenas e quilombolas, bem como do Programa de Bolsa Permanência – MEC, que o atual sistema político brasileiro ameaça. Esses estudantes ficam apreensivos com os constantes cortes nas bolsas que, muitas vezes, interrompem a continuidade do curso. Como é relatado por um dos sujeitos:

[...] a partir do instante que a gente percebe um desmonte de um lado, a gente fica aflito: “poxa, pode ser que no mês seguinte eles digam: acabou.” E aí a gente fica, tipo, não consegue se manter concentrado totalmente nos estudos, e, fica o tempo inteiro nessa apreensão: “como é que vai ser no mês seguinte e como é que vai ser no mês seguinte, tem possibilidade de cortar?”. E a gente escuta notícias o tempo inteiro de alguém que teve a bolsa cortada, de alguém que teve o benefício suspenso e a gente fica nessa apreensão: e agora, como vai ser no mês seguinte? E essas pessoas que estão tendo esse benefício cortado, qual é a justificativa? O que justifica o fato de ter suspenso esse benefício dele?

Na categoria *deslocamento para a comunidade*, que buscou verificar se havia dificuldades de locomoção, uma vez que esses estudantes pertencem a uma comunidade quilombola da zona rural situada a aproximadamente 45 km do CAHL, uns estudam integralmente, outros durante o turno noturno. Logo, foram observados em grande parte dos dados que há uma *ausência de transportes em horários alternativos*, o que impede que esses estudantes voltem para sua residência. Veja, leitor, as falas dos sujeitos:

[...] É muito difícil porque aqui a gente só tem transporte de manhã, de manhã cedo, que ele vai para Cachoeira e retorna à tarde [...] EQ3

[...] Se tivesse outro transporte à gente poderia estar em casa todo dia. EQ2

A falta de transporte para esses estudantes desencadeia uma série de atitudes que, por sua vez, geram custos, como por exemplo, a busca por moradia alugada no centro da cidade, a esse respeito é enfatizado por um dos sujeitos:

[...] A minha solução foi juntar-se com colegas da minha própria comunidade e alugar uma casa. No começo morei com duas pessoas e ao longo do tempo, passei a morar com três pessoas.

A *moradia* conseqüentemente aparece como uma categoria nos desafios apontados por esses estudantes. Essa categoria buscou examinar que problemas enfrentam os estudantes que passaram a morar fora da comunidade. *Morar sozinho* e *morar longe dos pais* são apontados como desafios:

[...] moro sozinho e é bem difícil ficar lá, pois aqui já tinha, é, pessoas para conversar. Esses primeiros dias acabam sendo terríveis. [...] EQ4

Além de se sentir sozinho eu fico longe de meus pais, isso às vezes me desanima. É difícil quando você cresceu a vida toda perto deles. Estudar e morar fora é complicado, o mundo é perverso, dá aquela vontade de desistir, jogar tudo pra cima só que a gente aguenta. A gente sempre pensa em dar o melhor de nós pra eles. EQ5

Essas dificuldades são importantes para esses estudantes, na medida em que lhes possibilita mais responsabilidade diante das propostas da vida. Concordamos com os escritos de Teixeira et al., (2008) ao enfatizarem que a experiência de sair de casa se constitui

como algo difícil, em virtude de se sentirem sozinhos, e também como algo importante, devido à independência conquistada. Afirmam ainda que, apesar das dificuldades e obstáculos, são experiências valorizadas durante a trajetória universitária desses estudantes. (TEIXEIRA, et al., 2008 P. 191).

Após analisada a dimensão dos desafios, cabe agora discutir a dimensão de análise das estratégias de permanência utilizadas pelos estudantes quilombolas. Nesse sentido, foram observadas 7 (sete) categorias, que também foram definidas a partir da leitura das respostas: *Deslocamento para a universidade*, *Moradia*, *Financiamento dos cursos na universidade*, *Alimentação*, *Obtenção de materiais de estudo*, *Organização do tempo de estudo*, *Criação de vínculos*, conforme apresentado no Quadro 3:

Quadro 3: Categorias da dimensão Estratégias

DIMENSÃO	CATEGORIAS
Estratégias	Deslocamento para a universidade
	Moradia
	Financiamento dos custos na universidade

	Alimentação
	Obtenção de materiais de estudo
	Organização do tempo de estudo
	Criação de vínculos

Fonte: Elaborado pela autora

Na categoria nomeada *deslocamento para a universidade*, que buscou enfatizar as estratégias de deslocamento desses estudantes até o CAHL, todos os estudantes disseram ir *a pé* para a universidade. Essa resposta é explicada por morarem temporariamente na cidade, o que facilita o deslocamento até o Centro de ensino.

[...] como eu fico aqui em Cachoeira o deslocamento é andar mesmo e não é tão difícil, não gasta tanto tempo, gasto uns 10 minutos da casa onde eu fico até a UFRB, então não é tão difícil. EQ5

Com relação à categoria *moradia*, que buscou dar ênfase às estratégias de moradias utilizadas por esses estudantes, foi possível observar três registros dessas estratégias: os estudantes *alugam casas individualmente* na cidade ou *compartilham com outras pessoas*, como também *moram em casas de parentes*. Um dado que chama atenção nesta categoria é a estratégia de morar provisoriamente na casa de parentes, mencionado por metade dos entrevistados, ou seja, 3 (três) sujeitos. É possível afirmar que há uma rede de solidariedade por parte das famílias desses estudantes, pois, à medida que acolhem um parente em suas casas, contribuem significativamente para sua permanência na universidade. Como relata um dos sujeitos:

[...] Aqui em Cachoeira eu moro com parentes, com minha tia, se não fosse ela também não estaria estudando. EQ5

O aluguel compartilhado com colegas também se constitui como uma estratégia importante para esses estudantes, uma vez que o compartilhamento de aluguel e outras despesas como alimentação, água e luz, reduzem consideravelmente os custos da manutenção na universidade. Recorrer a tais estratégias é uma forma fundamental de garantir a permanência na universidade, principalmente por serem provenientes de famílias de baixa renda.

A categoria seguinte que trata do *financiamento dos custos na universidade* buscou identificar de onde advém o financiamento da permanência desses estudantes na universidade. Os sujeitos indicaram a *ajuda de familiares*, a *Bolsa Permanência - MEC* e

trabalhos informais como estratégias de financiamento. Tais estratégias são complementares na manutenção desses estudantes na Universidade.

A ajuda de familiares representa uma importante ferramenta para esses estudantes no início da graduação já que esses sujeitos ingressam na universidade e não contam com nenhum auxílio institucional. Como aponta Zago (2016, p.233), com um “pé de meia” os jovens dão início a seus estudos de nível superior sem ter certeza de até quando poderão manter sua condição de universitários. Dessa forma, precisam da ajuda dos pais ou outros familiares para custear as despesas do 1º semestre. Conforme a fala abaixo:

Como eu estou no meu 1º semestre e não tenho bolsa ou algum tipo de assistência financeira, eu conto com a ajuda da minha mãe, do meu pai e da minha avó para me manter, recebo ajuda no aluguel, no transporte, na minha alimentação e nos materiais de estudo em si.

Este tipo de estratégia de permanência corrobora com os achados da pesquisa de Santos (2009, p. 154) sobre a permanência de negros no ensino superior. A autora delinea este tipo de estratégia como uma união, uma rede de solidariedade, à medida que familiares auxiliam na manutenção de um parente da universidade. Conforme a autora e concordamos com isto, “a universidade é, para estas famílias, uma possibilidade concreta de mobilidade social e conseqüentemente a garantia um futuro melhor, daí serem “tecidas” estas redes de solidariedade.”. (SANTOS, 2009, p. 154).

Além disto, na busca por condições materiais de subsistência, os estudantes quilombolas ao decorrer do semestre podem se inscreverem no Programa de Bolsa Permanência – MEC, destinado a indígenas e quilombolas e estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Um dos sujeitos aponta o papel fundamental do Coletivo Osório Brito, da UFRB – CAHL, em acolhê-lo e instruí-lo em como se inscrever no Programa.

Era o sonho de meus pais eu estar em uma universidade. Então no início da minha graduação, meus pais custeou todos os meus custos. Na UFRB, o coletivo Osório Brito me orientou sobre uma bolsa que é destinada a pessoas que vem de comunidade quilombola. E como pertencente, eu tinha total direito. Eles me ajudarem, foram fundamentais no meu início, principalmente minha colega Izabelli, que é uma das líderes do coletivo e me ajudou gradativamente. E após 2 meses de curso, eu conseguir meu auxílio. A partir do recebimento, esse benefício passou a me ajudar bastante na minha permanência e eu conseguir parar de abusar mais meus pais. EQ3

É importante considerar que, dos 6 (seis) sujeitos entrevistados, 4 (quatro) já recebiam o auxílio e 2 (dois) eram alunos ingressantes e estavam em fase de homologação. Destarte, também é possível afirmar que o suporte financeiro ofertado pelo auxílio da Bolsa Permanência - MEC influencia positivamente a permanência desses estudantes.

É importante destacar que os sujeitos entrevistados não participam da assistência estudantil interna da UFRB, ou seja, não participam do Programa de Permanência Qualificada (PPQ). Quando perguntados sobre a não participação no Programa, os relatos dos sujeitos indicam que o Programa de Bolsa Permanência – MEC atende suas demandas e que ficar de fora do Programa diminui a concorrência e possibilita a inserção de outros estudantes. Conforme é mencionado por em dos sujeitos:

Não tentei participar porque a bolsa permanência em si para mim é justo e não haveria possibilidade de eu pensar em acumular benefício, porque pensando assim eu acabo tirando a oportunidade de outra pessoa. Então o bolsa permanência para mim ele é pouco mais ele me atende, eu consigo me manter na universidade a partir da bolsa permanência. EQ2

Recorrer a trabalhos informais também foi apontado como estratégia de financiamento dos custos na universidade. Apontado por 2 (dois) estudantes, fazer este tipo de trabalho informal ajuda a ganhar uma renda para custear as despesas na universidade. Como atesta as falas:

[...] E também quando estou na comunidade final de semana sempre ganho um dinheirinho fazendo unhas. [...] EQ4

[...] E como hoje estou com um grau avançado no curso, já faço trabalhos, trabalhos como freelance. Já consigo dividir os custos. EQ3

No entanto, estudantes que realizam trabalhos, mesmo que sem vínculo empregatício, podem desempenhar-se de maneira insatisfatória nas disciplinas, uma vez que o tempo de estudo acaba sendo prejudicado. Por outro lado, é inevitável aproximar-se de oportunidades que contribuam para a obtenção de recursos financeiros, pois, essa é uma forma significativa de garantir a permanência material.

Com relação à categoria das estratégias de *alimentação*, que buscou identificar como se mantem esses estudantes em termos de alimentação na Universidade, foi possível constatar que, a partir do suporte dado pela Bolsa Permanência – MEC, a maioria dos

estudantes *compra e maneja o preparo dos alimentos*, enquanto outros *trazem o alimento congelado* de suas residências, em busca de diminuir custos e otimizar tempo, uma vez que não vai precisar dedicar tempo ao cozimento da alimentação. As falas abaixo evidenciam essas estratégias:

[...] Então o fato de existir essa bolsa permanência, então, me possibilita elaborar algumas estratégias de me alimentar, como os momentos que eu preciso me alimentar. EQ2

[...] também trago minha comida congelada de casa, já evito ter que gastar com gás, fora que economizo tempo para estudar. EQ4

Essas estratégias parecem ser simples, mas, por outro lado, são fundamentais na manutenção diária desses estudantes no CAHL, principalmente pelo fato do Centro não dispor de Restaurante Universitário (RU), cuja falta é enfatizada nos dados das entrevistas:

Eu tenho aula pela manhã e pela tarde e nesse meio tempo que a gente sai 12 horas pra voltar 13 horas, a gente tem que ir para casa, tomar banho, fazer almoço, porque a gente sente falta de um RU na faculdade. Porque se tivesse a gente não gastaria esse tempo de ir para casa de fazer almoço para voltar. A gente já ficaria lá. EQ1

A categoria da *obtenção de materiais de estudo*, por sua vez, procurou identificar como os estudantes quilombolas acompanham as atividades acadêmicas, ou seja, por meio de quais procedimentos obtém os materiais de estudo. É comum no ambiente universitário os estudantes necessitem de impressões, livros, entre outros, para acompanharem as disciplinas. Dentre as estratégias que os sujeitos desta investigação utilizam, estão: *xerox*, materiais em *pdf* e *livros*. As *xerox* e os materiais em *pdf* são as estratégias mais utilizadas por estes. No entanto, um estudante utiliza a compra de livros quando necessário e enfatiza que isso só é realizado por conta do recebimento da Bolsa Permanência - MEC. É possível atestar essas informações por meio dos relatos dos sujeitos:

Em relação aos materiais de estudo, a gente estuda com os professores mandando os textos por pdf ou deixa na xerox e a gente faz a impressão. EQ1

[...] a demanda que a gente atende lá dentro é muito alta, então a gente precisa comprar o livro e muitas vezes o livro é caro, então é o livro que o professor fala: “durante o curso você vai utilizar esse livro a vida toda”. Então, você tem que se esforçar para comprar aquele livro, então, para quem não tem renda é impossível você conseguir tirar de algum lugar para você conseguir comprar aquele livro. Então o fato de ter a bolsa permanência você consegue adquirir alguns materiais. EQ2

Quando analisada a categoria da *organização do tempo de estudo*, que investigou se há algum tipo de planejamento em termo de horas para estudar, a maioria dos estudantes apontam estudarem a *qualquer hora do dia* e outros apenas *a noite*:

Não tem uma estratégia específica sempre ficava meio que improvisando a forma de estudar, né. Aconteceu, dar pra estudar agora, vou estudar [...] EQ2

Eu gosto de estudar durante a noite porque é mais calmo e fazer as atividades também. EQ5

Morgan e Deese (1980 apud CARELLI e SANTOS 1998, p. 2), em um estudo sobre as condições temporais e pessoais de universitários, afirmam que estudar de forma bem sucedida envolve um planejamento do tempo de estudo, seja por dia, semanas ou por ano letivo. Contudo, enfatizam que planejar o tempo de estudo não é exatamente distribuir horas de estudo, e sim, garantir um estudo eficiente, independente do período de tempo, porque muitas vezes, mesmo possuindo habilidade para os estudos, esta não será de grande utilidade se o aluno não dispuser adequadamente seu tempo ao empregá-la. Assim, podemos considerar que as estratégias de organização do tempo de estudo adotadas pelos sujeitos podem ser satisfatórias desde que realizada de uma forma eficiente, buscando garantir um desempenho significativo nas disciplinas cursadas.

A última categoria analisada denominada *criação de vínculos*, buscou identificar as estratégias de permanência simbólicas utilizadas por esses estudantes a fim de garantirem sua existência na universidade. Neste sentido, a participação em *grupos de estudo* e *coletivo* foram relatados por esses estudantes. Quando perguntados sobre o interesse em participar desses grupos, os estudantes quilombolas enfatizam que essa ligação se dá, no primeiro caso, em razão das dificuldades encontradas em algumas disciplinas curriculares:

O interesse em participar do grupo de estudo surge a partir do momento em que tenho dificuldade em aprender algum assunto, né, em compreender algumas dinâmicas do ensino mesmo, por alguns professores, né. Tem alguns professores que tem uma didática muito boa, flui muito bem, e tem outros que tem uma linguagem muito técnica e ensina somente para si. Então esses professores é o que provoca em você a necessidade de se agrupar em um grupo de estudo e tentar compreender o que é que ele tá falando, o quê que ele tá trazendo porque esse assunto é difícil para gente. Achar um caminho nosso aí para gente desenrolar esse tema né. EQ2

Dialogando com a pesquisa de Santos (2009, p. 171-172), esta estratégia foi denominada pela autora como uma estratégia de *Cooperação*, onde os estudantes buscam se

agrupar e se articular mutualmente. Ainda conforme a autora, esses grupos podem ser multidisciplinares. Neles, “são compartilhados conhecimentos, são socializados os conteúdos de aula e as interpretações feitas por esses estudantes”.

No segundo caso, essa participação se dá em razão da rede de acolhimento e compartilhamento das experiências, além de ser uma estratégia de afirmação de suas origens, negritude, identidade e também de enfrentamento contra o racismo:

Em relação ao Coletivo quilombola, é um grupo onde nós quilombolas, nos articulamos para ajudar o parente que entra na universidade, mostramos os desafios que enfrentamos lá, as dificuldades, e ajudamos os novatos, recebemos. Eu mesmo, eu fui bem acolhido. No começo eles me ajudaram em termos de bolsa, em termos de dúvidas acadêmicas. Então, o grupo foi muito fundamental quando eu cheguei na UFRB. EQ3

Eu acho importante o quilombola está inserido nesses grupos, nesses espaços, por que sozinho a gente não vai muito longe, né, e em grupo a gente sempre tem uma pessoa que tem mais experiência, tem mais habilidade, já conhece mais dos processos para se manter na universidade, então, está sempre compartilhando alguma coisa, tá sempre compartilhando alguma luta, algum desafio que surge e que pode ser a realidade do outro, é bem por esse caminho como foi colocado aqui. Então, a experiência de participar do grupo Coletivo tem sido bom também. EQ2

Na UFRB – CAHL esse coletivo denominado Osório Brito, foi criado pelos estudantes quilombolas no ano de 2015 e constitui-se como uma ferramenta importante de construção de espaços na universidade. Ao agruparem-se, seja por meio de grupos de estudo, seja por meio de coletivos quilombolas, esses estudantes criam estratégias simbólicas de permanência na universidade. Dessa forma, a troca de experiências, saberes e reflexões, possibilita ao grupo uma trajetória formativa coletiva baseada na solidariedade mútua.

8. Considerações Finais

Esta pesquisa objetivou analisar as estratégias utilizadas por estudantes quilombolas frente aos desafios da permanência no ensino superior. Visibilizar tais desafios e estratégias é de suma importância para o cenário quilombola de uma forma geral.

A fim de possibilitar ao leitor uma compreensão do fenômeno estudado, buscamos por meio desta pesquisa enfatizar a concepção de quilombo, realizando um apanhado teórico do termo na antiguidade até a contemporaneidade. Ainda, abordamos a questão da política de ação afirmativa no Brasil e no ensino superior. Logo, com o intuito de nos aproximarmos do objeto estudado, demos ênfase aos desafios e estratégias de permanência no ensino superior, apresentando as nuances da permanência, bem como a material e simbólica cunhada por Santos (2009).

Essa investigação contou com a participação de 6 (seis) estudantes da comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu, localizada na zona rural de Cachoeira – Bahia. A coleta de dados se deu por meio de uma entrevista semiestruturada e a observação participante. As entrevistas foram transcritas e a análise dos dados foi feita a partir da análise de conteúdo fundamentada por Bardin (1977).

Diante dos resultados, foi possível constatar que os estudantes quilombolas enfrentam muitos desafios, entre eles, a adaptação ao mundo universitário, dificuldades financeiras com os custos na universidade e dificuldades com deslocamento para sua comunidade. Outra questão importante nos resultados é o fato desses estudantes, diante de desafios, buscarem estratégias que possibilitem permanecer e vivenciar a universidade. Estratégias estas pautadas na rede de solidariedade familiar, na assistência institucional possibilitada por meio do Programa de Bolsa Permanência – MEC, nas estratégias de moradia, entre outros apontados nos resultados.

Enfrentar tais desafios e desenvolver tais estratégias é concorrer frequentemente com a permanência na universidade. Essas estratégias se apresentam materialmente e simbolicamente. Materialmente por serem estratégias que necessitam de recursos para subsistência, como recursos para alimentação, moradia e outros. Simbolicamente por serem estratégias de existência, por meio das quais estes estudantes buscam se articularem com outros estudantes, a fim de existirem e permanecerem simbolicamente.

Ingressar na universidade é significativo para todo e qualquer jovem que almeja esse objetivo. No caso específico de um quilombola isso vai além de algo significativo. Basta refletir sobre o contexto histórico que esse povo percorreu. Não estamos falando de condições econômicas insuficientes, muitos estudantes universitários, inclusive os quilombolas, possuem essas características, todavia, esse não pode ser um aspecto excludente. Estamos falando de contexto histórico e social, escravidão, perseguição, racismo estrutural, formação de quilombos, grupos étnicos marginalizados, herança histórica. São nuances que estão intrinsecamente relacionadas com a busca por ascensão por meio do ingresso na universidade. Em longo prazo o que queremos é melhores condições de vida, e a educação representa uma importante ferramenta.

Sendo assim, fica evidente que esses estudantes precisam de um olhar mais sensível e reflexivo por parte das unidades gestoras das políticas públicas de acolhimento e permanência, uma vez que todas as queixas estão diretamente ou indiretamente relacionadas com o papel dessas políticas. Ter acesso ao ensino superior e conseqüentemente a educação é um direito de todos, sem distinção de cor, sexo, idade ou raça. As condições de acesso possibilitadas pela política de cotas são fundamentais para que esse direito seja democratizado, contudo, é necessário garantir as possibilidades de permanência na universidade também, principalmente, a permanência do quilombola ingressante.

Neste estudo, é possível afirmar que as estratégias de permanência desenvolvida pelos quilombolas da comunidade de São Francisco do Paraguaçu frente aos desafios têm surtido efeitos positivos, principalmente pelo fato desses estudantes terem lançado mão de estratégias institucionais, como é o caso da assistência estudantil proporcionada pelo Programa de Permanência – MEC, e utilizarem-se de estratégias de redução de custos seja na alimentação, moradia ou nas formas de obter os materiais de estudo, além de buscarem também apoio simbólico, seja pelas redes de relacionamento familiar, seja pela articulação em grupos de estudos e coletivos. Todavia, é importante que estes resultados sirvam para subsidiar e aproximar discussões entre os quilombolas e a instituição, pois, um ouvir e um olhar atento podem facilitar o ingresso e a permanência desses estudantes. Ademais, visibilizar os desafios e estratégias de permanência de quilombolas na universidade é contribuir com a comunidade acadêmica de maneira geral e com a comunidade quilombola

de São Francisco do Paraguaçu de maneira específica. Além de possibilitar a discussão sobre a formulação ou adequação de políticas de permanência para estudantes quilombolas.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. IN: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistencial Estudantil (PNAES)**. DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acessado em: Julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 389 de 09 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Brasília, DF, MEC, 2013. Disponível em: http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf. Acessado em: Julho de 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acessado em: Julho de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Presidência da República, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acessado em: Julho de 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de Outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, 29 de Agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acessado em: Julho de 2019.

BRASIL. **Política de Cotas**, instituída pela Lei nº 12.711/12, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acessado em: Julho de 2019.

CAREGNATO, Célia Elizabete; OLIVEN, Arabela Campos. Educação superior e políticas de ação afirmativa no Rio Grande do Sul: desigualdades e equidade. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 64, p. 171-187, abr./jun. 2017.

CARELLI, Maria José Guimarães; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. **Condições temporais e pessoais de estudos em universitários**. Psicol. Esc. Educ. vol.2, no.3, Campinas, 1988.

COULON, Alain. **A condição de estudante**. A entrada na vida universitária. Trad. Ana Maria F. Teixeira. Educ, Pesq., São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239 – 1250, out./dez., 2017.

CUNHA, Eudes Oliveira. **Implementação da política de permanência de estudantes na Universidade Federal da Bahia**. 214 f. il. 2017. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2017.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. Rio de Janeiro, **Editora Renovar**, 2001.

GOMES, N.L. Ações afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). **Educação e ações afirmativas:**

entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. P. 217-243

HERINGER, Rosana. Um Balanço de 10 Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil. **Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia Universidade Federal de Sergipe**. n.24, p. 1-20, jan./jun. 2014.

KUHN, Ednizia Ribeiro Araújo. **Terra e água: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia**. 173f. 2009. Dissertação de Mestrado.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnografia**, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Estudantes universitários: estratégias e procedimentos para a permanência. **Revista Contemporânea de Educação**, [S.l.], v. 14, n. 29, p. 156-174, maio 2019. ISSN 1809-5747.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. P. 117-128

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil** os Estados Unidos e o Brasil. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007

PORTES, ÉA.; SOUSA, LP. O nó da questão: a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público. In: **10 ANOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: CONQUISTAS E DESAFIOS**. 21 e 22 de novembro de 2012 – UERJ. Realização Flacso do Brasil e GEA – Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil.

REIS, DB.; TENÓRIO, RM. Cotas e estratégias de permanência no ensino superior. In TENÓRIO, RM. e VIEIRA, M.A., orgs. **Avaliação e sociedade: a negociação como caminho** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 47-66.

SANTOS, Dayane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214f. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia.

SCHMITT, A.; TURATTI, C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e territórios nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade** - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Território, Direito e Identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia. **Antíteses**, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, pp. 221-245.

SANTOS, Thais Calixto. **Universidade, território e emancipação:** quilombolas estudantes no ensino superior. Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Bahia – Salvador, 2017.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, maio/ago. 2002.

SILVA, Giselda Shirley da.; SILVA, Vandeir José da. Quilombos Brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico**, v. 7, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2014.

SOUZA, Leomir Santana de. **Quilombolas em rede:** Os efeitos da internet entre jovens da comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Cachoeira, 2017.

SOUZA, Michele Mota. **Vida estudantil e os percalços da afiliação universitária:** um olhar sobre jovens cotistas no Recôncavo da Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Cachoeira, 2013.

TEIXEIRA, M. A. P., DIAS, A. C. G., WOTTRICH, S. H., & OLIVEIRA, A. M. (2008). Adaptação à universidade em jovens calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, 12(1), 185-202.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. UFRB - **subsídios para criação e implantação a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia**. Salvador: Setembro de 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) **2010-2014**. Cruz das Almas – BA, Dezembro de 2009.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. 2006, v. 11, n. 32, pp. 226 – 237.

Apêndice 01 – Termo de consentimento informado

TERMO DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO LIVRE

Convidamos o (a) Sr. para participar, como voluntária, da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulada **Permanência universitária: desafios e estratégias dos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu na ufrb**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Mirele Silva Santos, graduanda na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e sob orientação da Prof^a Dr^a Lys Maria Vinhaes Dantas.

Este trabalho pretende analisar os processos vivenciados por quilombolas estudantes no que diz respeito à permanência na universidade. Partindo da seguinte pergunta de pesquisa: quais são as estratégias dos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu frente aos desafios da permanência na ufrb? A investigação situa-se no campo de pesquisa do Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Vale salientar que os dados serão coletados a partir de entrevista semiestruturada, observação participante e diário de campo através dos recém-graduando e graduados do período 2019.1 e 2019.2. Os dados coletados serão armazenados em computador pessoal, restrito a responsabilidade da pesquisadora. Os resultados desta pesquisa serão utilizados para fins de análise do trabalho de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da pesquisadora e poderão ser divulgados em eventos, revistas e meios de publicações científicas.

Após as informações destacadas até aqui, caso o (a) Sr. aceite participar do estudo, rubrique com sua assinatura ao final deste documento que possui duas vias, sendo que, uma ficará sobre sua responsabilidade e a outra com a pesquisadora. O (a) Sr. terá total liberdade para responder a pergunta que lhe será dirigida ou até mesmo, se desejar, poderá retirar seu consentimento de participar do estudo. Sua identidade será mantida em total sigilo, a menos que por livre e espontânea vontade queira ser identificado.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável por meio do telefone (75) 9 9869-9577 ou e-mail: mirelessantos62@gmail.com.

Eu _____ li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e qual procedimento a que serei submetida(o). Portanto concordo em participar do estudo.

Assinatura do Participante: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

_____ BA, _____ de _____ de 201_

Apêndice 02 – Roteiro de entrevista

TÍTULO DA PESQUISA: Permanência universitária: desafios e estratégias dos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu na ufrb

Ficha de controle de entrevista nº _____

Data: _____ Início: _____ Término: _____

1º MOMENTO DA ENTREVISTA – Identificação sócio demográfica

Nome: _____

Sexo: F () M ()

Idade: _____

Cor: _____

Estado Civil: _____

Filhos: SIM () NÃO ()

Ocupação: _____

Curso: _____

Turno: _____

Ano de Ingresso: _____

Renda familiar: _____

Origem da renda familiar: _____

2º MOMENTO DA ENTREVISTA – perguntas norteadoras

- 1- Fale um pouco sobre sua família e a educação superior. Você é o primeiro a entrar? O que sua família pensa sobre estudar depois da educação básica?
- 2- Conte como você se sentiu ao entrar na UFRB. O que você esperava? O que você estranhou? E hoje como se sente?
- 3- Como você faz em relação ao deslocamento até a UFRB? Encontra dificuldades?
- 4- Conte como você faz para se manter na UFRB. Que desafios você enfrenta? Existe algum desafio mais específico pelo fato de você ser quilombola? Você já pensou em desistir da graduação? Quais motivos? O que te fez não desistir?
- 5- Como é sua relação com seus colegas, professores e técnicos administrativos da universidade? Você já se sentiu oprimido em algumas dessas relações?
- 6- Você faz parte de algum grupo de estudo ou coletivo? SIM - Porque o interesse em participar disso é importante para você? NÃO – porque não participa?

- 7- Que estratégias você utiliza para fazer parte do mundo universitário e permanecer na Universidade? Como é o seu dia na Universidade? Como se alimenta, adquire os materiais de estudo (livros, xerox de textos, etc), organiza seu tempo para estudar, realiza as tarefas acadêmicas?
- 8- Como você financia os custos de sua permanência na universidade?
- 9- Você conhece algum programa de permanência? Quais? Através de quem? Você participa, participou ou já tentou participar de algum programa de permanência? O que aconteceu?